



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA-APPA** E A **POSITIVO INFORMÁTICA S.A.**, AQUISIÇÃO DE 150(CENTO E CINQUENTA) UNIDADES DE DESKTOP POSITIVO MASTER (**LOTE 02**), CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Aos 27 dias do mês de dezembro de 2012, a **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA-APPA**, entidade autárquica estadual, vinculada à **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, estabelecida em Paranaguá - PR, na Avenida Ayrton Senna da Silva nº 161, inscrita no CNPJ/MF nº 79.621.439/0001-91, denominada simplesmente de **APPA**, representada neste ato pelo seu Superintendente, Luiz Henrique Tessutti Dividino, portador do RG sob nº 11.838.087/SSP/SP e CPF/MF nº 058.594.128-94 e pelo seu Diretor Empresarial, Lourenço Fregonese, portador do RG. nº 1.262.963-0-PR. e CPF/MF nº 403.358.449-87 e assistidos pela Procuradoria Jurídica Marcio Cristiano Dornelles Dias, inscrito na OAB/PR sob. nº. 17115, tendo em vista o contido no processo protocolado sob nº 11.738.289-3, **Pregão Presencial n.º 209/2011 SRP-SEAP/DEAM**, devidamente homologado pelo Governador do Estado do Paraná, em data de 18 de junho de 2012, assina com **POSITIVO INFORMÁTICA S.A.**, estabelecida na Avenida João Bettega, nº. 5200 Bairro CIC, CEP: 81350-000 cidade Curitiba-Paraná, Fone: (41)3316-7700 - inscrita no CNPJ/MF sob nº.81.243.735/0001-48, doravante denominada **CONTRATADA** e representada neste ato pelo Fernando Misato, portador do RG n. 3.956.792-0/SSP-PR. e CPF/MF sob nº. 632.250.699-49, o presente contrato, sujeito às Leis nºs 15.608/07 e 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO: - A aquisição do(s) bem(ns) licitados, obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Presencial e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital de **Pregão Presencial n.º 209/2011** com todos os seus Anexos;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela **CONTRATADA**.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: - O presente contrato tem por objeto a aquisição, pelo **CONTRATANTE**, de 150(cento e cinquenta) unidades de Desktop Positivo Máster (Lote 02), fornecido pela **CONTRATADA**, de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO: - A contratação se dará na modalidade de pregão presencial do tipo Registro de Preços, sob o regime de execução indireta, do tipo menor preço por lote.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO: - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser **renovado** por meio de **Termo Aditivo**, por um ou mais períodos de 12 (doze) meses, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 108 da Lei Estadual n.º 15.608/2008 e o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – Da Responsabilidade do Gerenciamento

A **CONTRATANTE**, gerenciará o presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – Das Condições de Pagamento: - Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do **Pregão Presencial n.º 209/2011**, o pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em até 30 (trinta) dias após a data do protocolo de entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE**, em decorrência de penalidade ou inadimplência,. Nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Valor: - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de R\$:278.550,00 (duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta reais) pela aquisição do bem licitado.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PROCURADORIA JURÍDICA
SEÇÃO DE CONTRATOS

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161, Dom Pedro II - CEP 83.221-030 - Paranaguá - Paraná



CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE ENTREGA: - Obriga-se a **CONTRATADA** a efetuar a entrega em até 30 (**trinta**) dias da formalização do contrato.

Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o(s) bem(ns) não atenda(m) às especificações do objeto licitado e proposto, poderá o **CONTRATANTE** rejeitá-lo, obrigando-se a **CONTRATADA** a providenciar a substituição do bem não aceito no prazo de 10 (dez) dias.

Não ocorrendo a substituição no prazo de 10 (dez) dias, é facultado à **CONTRANTE** rescindir o contrato.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA: - A **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE** garantia ON SITE com validade de 36 (trinta e seis) meses, integral contra qualquer defeito de fabricação do bem, mesmo após ocorrida sua aceitação e a aprovação do **CONTRATANTE**, garantia esta citada no ANEXO I do Edital , inclui quaisquer avarias de transporte até o local da entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

I- Por ocasião da convocação para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverão, obrigatoriamente, aqueles licitantes convocados, que ainda não apresentaram seus documentos de habilitação, deverão fazê-lo sob pena de desclassificação da proposta e não efetivação do registro de preço,

II - O contratado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para retirar a ordem de compra (ou documento equivalente) e/ou contrato como a Instituição que integrada o registro de preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo contratado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Instituição integrante do Registro.

III- Sempre que o primeiro classificado não atender à convocação, nos termos referidos no item anterior, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, observada a ordem de registro, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas no § 9º do Art. 22 da Lei Estadual nº 15.608/2007, ou revogar o item específico, respectivo, ou a licitação.

IV - O contratado deverá estar em dia com a Fazenda do Estado do Paraná, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com o Instituto de Seguridade Social, mantendo essa condição de regularidade durante toda a execução do contrato, sob pena de rescisão unilateral pela Administração Pública.

V - Independentemente de transcrição, farão parte integrante do contrato as instruções contidas neste Edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pelo vencedor do certame e a respectiva ATA.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PROCURADORIA JURÍDICA
SEÇÃO DE CONTRATOS

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161, Dom Pedro II - CEP 83.221-030 - Paranaguá - Paraná



VI - Serão de responsabilidade exclusiva do contratado todos os custos, tributos, encargos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou o objeto do contrato.

VII - A recusa injustificada do primeiro classificado em retirar a ordem de compra (ou documento equivalente) dentro do prazo estabelecido, sujeitará o licitante à aplicação das sanções administrativas previstas no Cláusula Décima deste Edital.

VIII - A Administração poderá, até o momento da emissão da Ordem de Compra (ou documento equivalente) ou da assinatura do instrumento contratual, desistir da contratação do objeto proposto, no seu todo ou em parte, sem que caibam quaisquer direitos ao licitante vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS PENALIDADES: - Ao licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II - multa de 1,0% (um por cento) do valor global de sua proposta, no casos definidos no art. 152 da lei 15.608/2007.

*III – Multa moratória **diária de 0,2%** (zero vírgula dois por cento) do valor total da nota de empenho ou do contrato, em caso de atraso na entrega do objeto, de acordo com os prazos fixados neste Edital, até o limite de 10% (dez por cento), cumulativamente, até a sua regularização, e recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;*

*IV – Multa compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;*

V – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 154 e incisos da Lei Estadual 15.608/2007 ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.

VI – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito a defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto nos Artigos 161 e 162 da Lei Estadual 15.608/2008.

As penalidades só não serão aplicadas se a desistência ocorrer em razão de fato superveniente ou justificável e aceito pela administração.



As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará o contraditório.

O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

“A administração poderá descontar dos pagamentos a serem feitos a contratada o respectivo valor da multa, sem prejuízo de prévia comunicação”.

As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo IPCA/IBGE.

Nos casos de reincidência no descumprimento do prazo para entrega e substituição dos produtos contratados, poderá a Administração, após as devidas notificações e aguardando o contraditório, rescindir o Contrato e seguir a ordem classificatória da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das demais sanções aqui previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DOS CASOS DE RESCISÃO: O inadimplemento, por parte da **CONTRATADA**, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato assegurará à **CONTRATANTE**, nos termos da Seção V, do Capítulo III da Lei n.º 8.666/1993 em sua atual redação, combinado ao Título IV – Capítulo I da Lei Estadual 15.608/2008, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica a critério do representante da **CONTRATANTE** declarar rescindido o contrato, nos termos do “*caput*” desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica este contrato rescindido de pleno direito pela **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, **em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da CONTRATADA:**

- I - Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- II - Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- III - Atraso injustificado da entrega do bem licitado.
- IV - Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A RESCISÃO CONTRATUAL TAMBÉM OPERAR-SE-Á NOS SEGUINTE CASOS:

- I - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE**, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.



II - Supressão, unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos bens, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/1993.

III - Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

IV - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

V - Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, com redação dada pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

Parágrafo Quarto: **A rescisão deste contrato poderá ser:**

I - Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE** nos casos enumerados nesta minuta.

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III - Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS: - Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL: No interesse da administração do órgão **CONTRATANTE**, os serviços poderão ser aumentados ou suprimidos, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsão do art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/1993.

É possível supressão acima de 25% do valor inicial do contrato, por convenção entre as partes, nos termos do 65, §2º, II da Lei n.º 8.666/1993.

Qualquer alteração que implique aumento ou supressão dos serviços observará as normas contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, especialmente, a previsão do § 6º do referido artigo que trata do equilíbrio econômico-financeiro inicial pela Administração quando esta alterar unilateralmente o contrato.



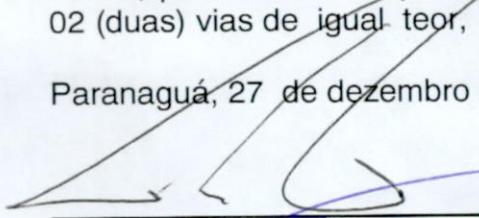
CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: - O presente contrato é regido pela Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 10.520/01, Lei Complementar Federal n.º 101/00, Lei Estadual 15.608/2008, pelos Decretos Estaduais citados no preâmbulo do Edital da licitação, referente ao objeto deste contrato, bem como, pelo Edital e seus anexos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA- DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão resolvidos pela **CONTRATANTE**, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO: - O Foro para dirimir as dúvidas que venham a ser suscitadas na aplicação do presente instrumento, é o da Comarca de Paranaguá - PR, fazendo, às partes, renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Paranaguá, 27 de dezembro de 2012



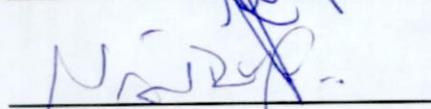
LUIZ HENRIQUE TESSUTTI DIVIDINO
SUPERINTENDENTE DA APPA



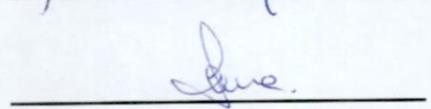
LOURENÇO FREGONESE
DIRETOR DESENV. EMPRESARIAL DA APPA



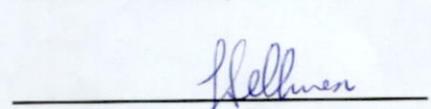
MARCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
PROCURADORIA JURÍDICA DA APPA



FERNANDO MISATO
REPRESENTANTE DA CONTRATADA



TESTEMUNHA
RG: 1.554.369-8-A.



TESTEMUNHA
RG: 841.033-0

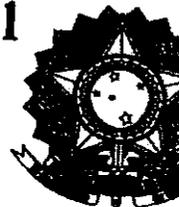


República Federativa do Brasil

1º Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais e 13º Serviço Notarial do
Foro Extrajudicial Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Bacharel Ricardo Augusto de Leão

Notário e Registrador
CNPJ 04697784/0001-00



Livro 43-P

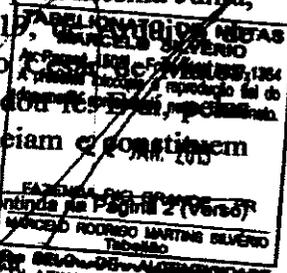
Folha 117/119

0005247



PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: POSITIVO INFORMATICA S/A E OUTRO A FAVOR DE RICARDO FERNANDES PEREIRA, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:

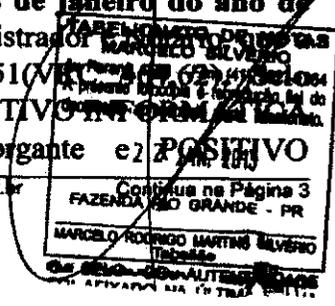
S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração, bastante virem que, aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze, (15/01/2013), neste Município e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial, compareceram, como Outorgantes: - 1 - **POSITIVO INFORMATICA S/A**, sociedade anônima aberta, inscrito no CNPJ/MF sob nº **81.243.735/0001-48**, com sede na Rua Joao Bettega Nº 5.200, Cidade Industrial em Curitiba-PR neste ato representado, por seu diretor presidente **HELIO BRUCK ROTENBERG**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº **1.217.176-5-SSP-PR** e inscrito no CPF/MF sob nº **428.804.249-68**, residente e domiciliado na Rua Senador Accioly Filho, 1021, Cidade Industrial, Curitiba-PR, conforme Estatuto Social Consolidado registrado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná-JUCEPAR sob nº 20110991060 em data de 06/05/2011, Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 29/04/2011 registrada na mesma Junta sob nº 20110991060 em data e 06/05/2011, Deliberação da Diretoria de 29/07/2011, registrada também na mesma Junta sob nº 20113575394 em data de 29/07/2011, cujas fotocópias ficam arquivadas nestas Notas sob nº 02 livro 16 no arquivo de Contratos Sociais, e Ata da Diretoria de 16/08/2012, registrada na mesma Junta sob nº 20125916914 em data de 29/08/2012, cujas fotocópias ficam arquivadas nestas Notas sob nº 32, do Livro nº 18, de arquivo de Contratos Sociais, e Certidão Simplificada expedida pela mesma Junta em data de 14/12/2012, cujas fotocópias ficam arquivadas nestas Notas sob nº 19, do Livro nº 19, de Arquivo de Contratos Sociais; 2 - **POSITIVO INFORMÁTICA DA AMAZÔNIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida dos Oitis, 2449, Armando Mendes, inscrita no CNPJ sob o nº 08.239.748/0001-53, representada neste ato por seu Administrador, o Sr. **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade civil RG nº 1.217.176-5/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 428.804.249-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, conforme contrato Social arquivado na Junta Comercial do estado da Amazonia sob nº 1320048425-8 (NIRE), de 11/08/2006, Consolidação de Contrato/Estatuto, registrada na mesma Junta sob nº 344497, em data de 30/01/2009, e último arquivamento registrada também na mesma Junta sob nº 432835, em 20/09/2012, e ainda Certidão Simplificada expedida também pela mesma Junta, cujas fotocópias ficam arquivadas nestas Notas sob nº 16, do livro nº 19, de Contratos Sociais; reconhecidas como as próprias por mim Claudeomiro **FERNANDES PEREIRA**, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé, e Outorgantes, na forma em que se acha representada, me foi dito que nomeiam e constituem



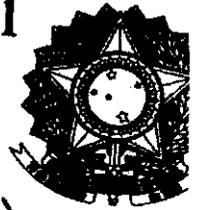
Selo 11Gvr.D7L3g.8uQJu, Controle: zYxpS.Zn8P válida em <http://funarpen.com.br>

Travessa Nestor de Castro, 271 - fone/fax: (0xx41) 3888-2765 - CEP 80630-130
www.cartorialeao.com.br

seus bastante procuradores:- **RICARDO FERNANDES PEREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. n° 25005088 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n° 169.565.058-19; **MARIELVA ANDRADE SILVA DIAS**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da Cédula de Identidade R.G. n° 1.673.216-8/SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob n° 450.779.329-72; **ELAINE CAMARGO ROGINSKI GUETTER**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da Cédula de Identidade R.G. n° 1.440.738-3/SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob n° 544.853.209-87; **REBECA BERGER BARBALAT**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade R.G. n° 3.244.124-6/SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob o n° 603.952.659-91; **ILANA KRIGER**, brasileira, casada, designer, portadora da cédula de identidade RG n° 11.02763-6 IIP/PR e CPF n° 491.366.159-00; **LUIS ENRIQUE RIVERA GALLEGUILLOS**, chileno, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade Extranjeira sob n° W183782-P/RNE e inscrito no CPF/MF sob n° 897.947.618-34; **EDUARDO ANTONIO SCHWENGBER**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG. sob n° 6.138.111-2 e inscrito no CPF/MF sob n° 022.542.079-11, e **MARIA HELENA PEREIRA**, brasileira, solteira, maior e capaz, engenheira eletricista, portadora da Cédula de Identidade RG. sob n° 6.110.420-8 e inscrita no CPF/MF sob n° 021.075.919-46; todos com endereço comercial na Rua Senador Accioly Filho, 1021, Cidade Industrial, Curitiba-PR; aos quais conferem poderes ilimitados, para agirem em conjunto ou isoladamente, para, individualmente, representar cada uma das OUTORGANTES em processos com inexigibilidade de licitação ou em quaisquer procedimentos licitatórios, tais como pregões, tomadas de preço, leilões, convites, concorrências, conduzidos por quaisquer repartições, departamentos e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por quaisquer pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública Indireta, como autarquias, sociedades de economia mista, fundações e outras instituições estatais e paraestatais, tanto no âmbito governamental como no corporativo, podendo, para tanto, representar técnica, jurídica e administrativamente em todas as fases do processo licitatório, nomear representantes, solicitar cadastros, comprovante de cadastros, registro de cadastros, renovação de cadastros, solicitar cópias de documentos, retirar editais ou cartas convites, assinar propostas técnicas e comerciais, formular lances e ofertas de preços, fornecer cotações, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento, formular impugnações de qualquer ordem, manifestar intenção de recorrer e interpor recursos, renunciar ao direito de interposição de recursos, receber avisos e intimações, assinar pedidos, assinar atas, declarações, contratos, aditivos, nota de empenho e demais documentos relacionados aos mencionados procedimentos licitatórios, podendo, inclusive, assinar contratos decorrentes ou não de processos de inexigibilidade, tudo, enfim, para o bom e fiel cumprimento do presente mandato. É permitido substabelecer, com reserva de iguais poderes. A presente procuração é válida até 31 de dezembro de 2013. (feita sob minuta). Assim o disseram do que dou fé e me pediu lhe lavrasse este instrumento que, lido em voz alta e achado conforme, aceitam e abaixo assinam, dispensando as testemunhas instrumentárias, conforme faculta o item 11.2.18 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. O presente ato encontra-se lançado no "Livro Protocolo Geral" sob n° 0000261, aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze (15/01/2013). Eu, (a.), Ricardo Augusto de Leão, Registrador de Imóveis, digitei, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Emolumento: R\$65,51 (Vinte e cinco reais e cinquenta centavos); Funarpen: R\$0,47 (Lei 13.228/2001); ISS QN - 4%: R\$2,62. (aa.) **POSITIVO** S/A, **HELIO BRUCK ROTENBERG**, Representante do Outorgante e **POSITIVO**



CONTINUA na Página 3
FAZENDA DO GRANDE - PR
MARCELO RODRIGO MARTINS SILVEIRO
Tributário
Assinatura



Livro 43-P

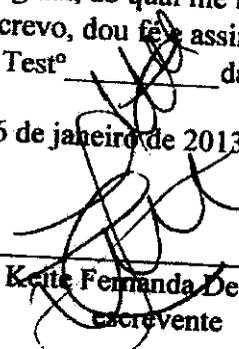
Folha 117/119

0005247

INFORMÁTICA DA AMAZÔNIA LTDA, HELIO BRUCK ROTENBERG, Representante do
Outorgante. Ricardo Augusto de Leão, Registrador e Notário.. Nada mais. Trasladada em
seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, (a.), Keite Fernanda
Delarosa, escrevente, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

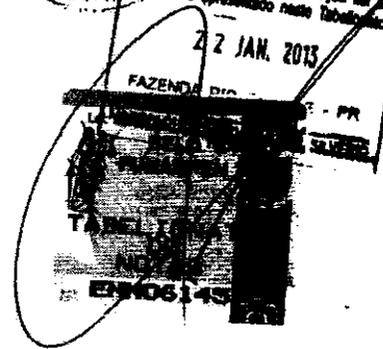
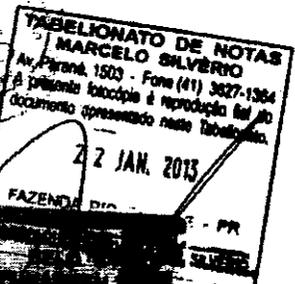
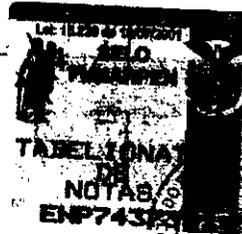
Em Testº _____ da Verdade

Curitiba-PR, 16 de janeiro de 2013



Keite Fernanda Delarosa
Escrevente

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
1tGvr.D7L3g.8uQJu
Controle:
zYxpS.Zn8P
valide esse selo em
<http://funarpen.com.br>



Subs - 002/2013

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente, substabeleço com reservas de poderes, a:

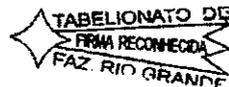
Sr. **FERNANDO MISATO**, brasileiro, casado, consultor de negócios, portador do RG nº 3.956.792-0/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 632.250.699-49, residente e domiciliado na Rua Mateus Leme, 2004 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná,

os poderes abaixo mencionados que me foram conferidos por **POSITIVO INFORMÁTICA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua João Bettega, nº 5200, CIC, em Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 81.243.735/0001-48, especialmente para defender os interesses da **OUTORGANTE** no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 209/2011 - SRP**, da **SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ/SEAP**, **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL/DEAM**, com a finalidade específica de:

individualmente, representar a **OUTORGANTE**, podendo, para tanto, assinar pedidos, contratos, aditivos e demais documentos relacionados ao mencionado procedimento licitatório, para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, sendo vedado o seu substabelecimento.

O presente substabelecimento é válido por 90 (noventa) dias.

Curitiba, 10 de janeiro de 2013.



LUIS ENRIQUE RIVERA GALLEGUILLOS
Procurador



| | |
|--|--|
| TABELIONATO DE NOTAS MARCELO SILVERIO | |
| Av. Paraná, 1503 - Fone: (41) 3827-1364 | |
| Reconheço la(s) firme(s) por intermédio de | |
| LUIS ENRIQUE RIVERA GALLEGUILLOS | |
| Fazenda Rio Grande, 10 de Janeiro de 2013 | |
| Em test. de | |
| MARCELO RODRIGUES MARTINS SILVERIO | |
| Tabelião | |

Dr. Carlos Aparecido de Souza
CPF 008.242.809-38
Escrivente